

INTEGRATION

GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E COORPORATIVA **ESG**

RICARDO FORTES



08

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Extinção de dinossauros	4
Figura 2 – Conferência de Estocolmo (1972)	5
Figura 3 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)	8
Figura 4 – Quatro pilares da sustentabilidade	8
Figura 5 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	13
Figura 6 – Os 17 princípios do Pacto Global.....	16
Figura 7 – Larry Flink, CEO da BlackRock	22
Figura 8 – Analogia ao greenwashing	25

SUMÁRIO

1 GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA ESG.....	4
1 Introdução	4
1.2 Histórico	5
1.3 ONU e a Sustentabilidade	8
1.4 Qual a importância da sustentabilidade?.....	8
1.5 Desenvolvimento social.....	9
2 ESG BRASIL E NO MUNDO.....	11
2.1 Iniciativas Globais	11
2.2 Papel da ONU	11
3 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI).....	15
3.1 Pacto Global.....	15
3.2 Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	16
3.3 <i>Sustainability Accounting Standards Board (SASB)</i>	17
3.4 Agenda 2030	17
3.5 Acordo de Paris.....	18
3.6 <i>IRIS+ System</i>	18
3.7 Certificação do Sistema B	19
3.8 COP 26.....	19
4 ENTENDENDO O ACRÔNIMO ESG	21
4.1 O que é ESG e sua importância.....	21
4.2 ESG no Brasil.....	23
4.3 ESG estratégia de integração	24
4.4 Cuidado com o <i>greenwashing</i>	25
4.5 Impacto no “E” de <i>environment</i> /ambiente.....	26
4.6 O planeta em agonia	27
4.7 O relatório IPCC e as mudanças climáticas	27
4.8 O impacto no “S” de social	28
4.9 Próximo desafio: conviver com os problemas ambientais e o aumento da população.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA ESG

1 Introdução

A partir dos estudos de Charles Darwin sobre a evolução das espécies, é possível constatar que a mudança é um fator relevante não somente na seleção das características que serão propagadas para os descendentes, mas também no meio ambiente, que se altera, mudando a maneira como as espécies sobrevivem no planeta Terra.

De fato, já ocorreram muitas transformações, como a extinção dos dinossauros, que ocorreu há cerca de 65 milhões de anos. Porém as espécies que sobreviveram evoluíram até se adaptarem ao planeta que conhecemos hoje, incluindo o *Homo sapiens*, que completa aproximadamente 50 mil anos de sobrevivência, se adaptando e evoluindo de acordo com suas necessidades. Nesse contexto, a sobrevivência do ser humano torna-se comprometida por atitudes que inviabilizam a nossa existência.



Figura 1 – Extinção dos dinossauros
Fonte: Geralt/Pixabay

Este programa se propõe a apresentar as tendências atuais que poderão reverter esse cenário catastrófico para todo ser vivo no planeta e sugerir novas atitudes que prevaleçam para a construção de um mundo saudável para as futuras gerações.

1.2 Histórico

A palavra sustentável origina-se do latim *sustentare*, que significa sustentar, apoiar ou conservar. A sustentabilidade está relacionada ao uso inteligente dos recursos naturais do planeta Terra, ou seja, a suprir as necessidades energéticas, produtivas e econômicas da geração atual sem, no entanto, comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem as suas, por isso a sustentabilidade deve ser pensada no longo prazo.

Após a conferência em Estocolmo, realizada em 1972, a educação ambiental recebeu atenção especial de fóruns e nações, o que deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).



Figura 2 – Conferência de Estocolmo (1972)
Fonte: Google Imagens (2022)

Em 1975, a Unesco criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), no Encontro Internacional em Educação Ambiental de Belgrado, com o objetivo de promover intercâmbio de ideias entre as nações do mundo sobre o tema.

Em 1975, no Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, foi aprovada a Carta de Belgrado, documento importante, que aborda questões pertinentes à Educação Ambiental sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Carta de Belgrado (apud BARBIERI; SILVA, 2011), os objetivos são os seguintes:

- 1 Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.
- 2 Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades.
- 3 Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.
- 4 Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.
- 5 Capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.
- 6 Participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais.

Com o intuito de atingir tais objetivos, a Carta de Belgrado sugere que os programas de educação ambiental sejam regidos pelas seguintes diretrizes:

- Considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, ambiente natural e construído pelo homem, levando em conta questões políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, entre outros fatores.
- Considerar o ponto de vista ambiental nos processos de desenvolvimento e crescimento.
- Possuir abordagens interdisciplinares.
- Compreender que questões ambientais possuem pontos de vista locais e globais.

- Enfatizar a importância da participação ativa na prevenção e solução de problemas ambientais.
- Preocupar-se com as questões presentes e futuras.
- Compreender que educação ambiental é um processo contínuo, seja em ambiente acadêmico ou não.
- Promover cooperações locais, regionais, nacionais e internacionais.

A Carta recebeu muitas críticas por não oferecer proposições concretas e ter uma visão pouco realista. Entretanto, apresenta conceitos, princípios e diretrizes de sustentabilidade ambiental relevantes, tanto que seus termos foram ratificados na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, Geórgia, em 1977.

Posteriormente, em 1990, ocorreu a Conferência Mundial do Ensino para Todos, em Jomtien, Tailândia, com o objetivo de estabelecer compromissos para a educação, uma vez que esse é um direito fundamental do ser humano de todas as idades e no mundo inteiro, pois a educação básica adequada é primordial para consolidar os níveis superiores de ensino, a formação científica e tecnológica (BARBIERI; SILVA, 2011).

A promoção do ensino também estava presente no capítulo 36 da Agenda 21, que foi elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. A Agenda 21 é dividida em global e local e trata de problemas socioambientais. A Agenda 21 global pode ser acessada em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/agenda_21_global.pdf, já a Agenda 21 Local pode ser vista em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-18555/construindo-a-agenda-21-local>.



Figura 3 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)

Fonte: Luciana Whitaker/Folhapress (1992)

1.3 ONU e a sustentabilidade

Em 1987, a divulgação do Relatório Brundtland, intitulado “Nosso futuro comum”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988), popularizou a expressão “desenvolvimento sustentável” e sua definição, considerada a mais próxima do consenso oficial. Segundo o Relatório (apud COSTA, 2012, p. 11), o desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”.

1.4 Qual é a importância da sustentabilidade?

Sustentabilidade é algo complexo, pois deve considerar e integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais. Esse termo determina a capacidade do ser humano de interagir com o meio ambiente de forma a preservá-lo por meio de práticas aliadas à sobrevivência da sociedade, garantindo a boa preservação da natureza. Podemos acrescentar que sustentabilidade também significa um processo ou sistema que determina uma condição num tempo determinado. Assim sendo, o meio ambiente deverá ser o eixo motriz das iniciativas para a manutenção do planeta por meio de uma governança responsável.

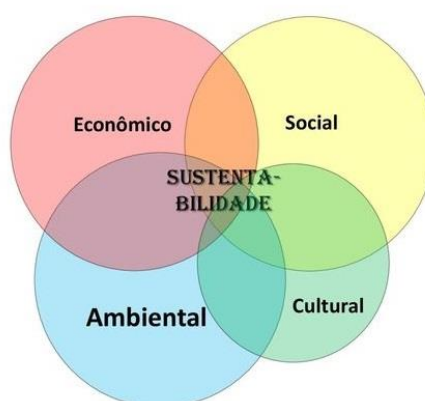


Figura 4 – Quatro pilares da sustentabilidade

Fonte: Google Imagens (2022)

Para obtermos os resultados necessários para a preservação do meio ambiente, a partir da Declaração de Joanesburgo, elaborada pela Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas em 2002, foram estabelecidos os pilares da sustentabilidade, que, anteriormente, eram três: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Em sua obra *The Fourth Pillar of Sustainability – Culture’s essential role in public planning* (*O Quarto Pilar da Sustentabilidade – o papel essencial da cultura no planejamento público*), Jon Hawkes defende a relevância do pilar do desenvolvimento cultural, visto que a cultura é fundamental para avaliar o passado, bem como para planejar o futuro.

1.5 Desenvolvimento social

Ao longo da história, a natureza vem estabelecendo os padrões para a preservação das espécies de forma que grupos similares possam se perpetuar. O mesmo acontece com os seres humanos, porém apresentando características próprias e desenvolvendo atitudes e comportamentos diferenciados entre os grupos humanos. Mas não se pode negar que a manutenção desses grupos em um contexto único se faz necessária para sua própria preservação.

Desse modo, uma sociedade inclusiva e democrática é aquela que trata das questões relacionadas à satisfação das necessidades básicas das pessoas, a valorização de suas culturas locais, e a melhoria do bem-estar atual e futuro, por intermédio da redução das diferenças sociais e da preservação da espécie, evitando a autodestruição.

Segundo Altenfelder (2004), o desenvolvimento sustentável deve gerar avanços nos indicadores sociais, que garantam boas condições de trabalho, salários justos, ambientes que favoreçam o bem-estar e que preservem a saúde dos seus funcionários; além de promover a boa convivência entre os trabalhadores, isso trará a efetividade para um desenvolvimento social.

1.6 Desenvolvimento econômico

As características da dimensão econômica no contexto da sustentabilidade vêm sendo estudadas e debatidas por uma parcela crescente de pensadores econômicos como Ignay Sachs (2002) e Amartya Kumar Sen (1999), pois, ao longo dos anos, o crescimento excessivo das empresas tem gerado impactos negativos para o planeta, trazendo inclusive o conceito de “*Degrowth*”, ou “evitar o crescimento”, da economia.

Comércio justo e consumo consciente e somente do necessário, sem desperdício, são alguns dos aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico sustentável. Por isso as empresas procuram demonstrar a preocupação com o meio ambiente, com atitudes como, por exemplo, não usar processos poluentes, não testar seus produtos em animais ou possuir uma área de proteção ambiental.

2 ESG NO BRASIL E NO MUNDO

2.1 Iniciativas globais

Ao falar de mudanças climáticas e considerando o papel de destaque que essa temática terá daqui para a frente, é preciso lembrar que, com a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, esse país, que deixou de participar do Acordo de Paris, promete zerar os níveis de poluição de seu setor de energia até 2035 e fazer com que a economia estadunidense atinja a neutralidade de carbono até 2050. União Europeia, China, Japão e Coreia do Sul já se comprometeram com um futuro de emissões iguais a zero. Assim, o aquecimento global estará em pauta nas próximas décadas.

A sustentabilidade e o aquecimento global também foram discutidos no World Economic Forum Annual Meeting, em Davos, Suíça, que aconteceu entre os dias 22 e 26 de maio de 2022. Nesse encontro, reuniram-se gestores de alto escalão das mil empresas-membro do Fórum, líderes políticos, representantes acadêmicos, organizações não governamentais, líderes religiosos e veículos de comunicação.

2.2 Papel da ONU

É importante destacar o comprometimento de diversas empresas em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 2005, isso porque os princípios ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance*, ou Governança Ambiental, Social e Corporativa) têm como base os 10 princípios do Pacto.

Segundo texto da própria ONU (apud PACTO GLOBAL, s. d.), “O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras”.

Seus 10 princípios são:

- 1 As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
- 2 As empresas devem assegurar-se da sua não participação em violações desses direitos.
- 3 As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
- 4 A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
- 5 A abolição efetiva do trabalho infantil.
- 6 Eliminar a discriminação no emprego.
- 7 As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
- 8 Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
- 9 Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
- 10 As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, s.d., tradução nossa).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ou Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável) são uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015.

Os ODS são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que depois foi encurtada para Agenda 2030. As metas são amplas e interdependentes, mas cada uma tem uma lista separada de metas a serem alcançadas. Atingir todas as 169 metas indicaria a realização de todos os 17 objetivos. Os ODS abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.



Figura 5 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Fonte: ONU (2016)

Em setembro de 2015, 193 países acordaram os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- **01 – Erradicação da pobreza:** acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- **02 – Fome zero e agricultura sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **03 – Saúde e bem-estar:** assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **04 – Educação de qualidade:** assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **05 – Igualdade de gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **06 – Água limpa e saneamento:** garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
- **07 – Energia limpa e acessível:** garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
- **08 – Trabalho decente e crescimento econômico** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

- **09 – Inovação infraestrutura:** construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
- **10 – Redução das desigualdades:** reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
- **11 – Cidades e comunidades sustentáveis:** tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- **12 – Consumo e produção responsáveis:** assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- **13 – Ação contra a mudança global do clima:** tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- **14 – Vida na água:** conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- **15 – Vida terrestre:** proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
- **16 – Paz, justiça e instituições eficazes:** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- **17 – Parcerias e meios de implementação:** fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ESTRATÉGIA ODS, s.d.).

As ODS são o “norte” pelo qual as empresas e a sociedade devem se guiar para que o planeta seja sustentável para as futuras gerações.

3 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

Em 1997, uma organização sem fins lucrativos chamada Global Reporting Initiative (GRI) foi formada para ajudar as empresas a relatarem suas sustentabilidades globalmente.

Governos e empresas utilizam os documentos da GRI para mensurar, gerenciar e divulgar seus impactos nas esferas social, de governança e ambiental. O manual GRI tem quatro seções a serem avaliadas: mudanças climáticas, direitos humanos, governança e bem-estar social.

As empresas podem usar a ferramenta para avaliar melhor os impactos de suas operações, bem como estabelecer metas e divulgar seu desempenho. A ferramenta é útil para empresas que desejam ter uma prática de gestão mais sustentável. A ONG por trás dos indicadores unificou todos eles.

3.1 Pacto Global

O Pacto Global é uma iniciativa lançada pelas Nações Unidas, em 2000, para estimular as empresas a adotarem políticas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. O *compliance* é voluntário, e o Pacto Global estabelece 10 princípios universais que devem nortear as estratégias das empresas que desejam promover os direitos humanos, os direitos trabalhistas, a proteção ambiental e o combate à corrupção.



Figura 6 – Os 17 princípios do Pacto Global
Fonte: GS1 Brasil (s.d.)

Ao aderirem ao Pacto Global, as empresas se comprometem a seguir os princípios, apoiá-los e apresentar um relatório periódico mostrando sua evolução. Desde a sua criação em 2000, a iniciativa reuniu e reúne milhares de signatários em todo o mundo.

3.2 Princípios para o Investimento Responsável (PRI)

Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) foram criados em 2005 para orientar os órgãos alinhados à agenda global de desenvolvimento sustentável e consistem em 6 princípios voluntários para a incorporação de padrões ESG à prática de investimento. São eles:

- 1 – Incorporaremos os temas ESG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão.
- 2 – Seremos proativos e incorporaremos os temas ESG às nossas políticas e práticas de propriedade de ativos.
- 3 – Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG.

- 4 – Promoveremos a aceitação e a implementação dos princípios no setor do investimento.
- 5 – Trabalharemos unidos para ampliar a eficácia na implementação dos princípios.
- 6 – Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios (BRESSAN, 2022).

Quem adere à iniciativa tem o compromisso de incorporar temas ESG na análise de investimentos e nos processos decisórios, entre outros. Atualmente, o PRI possui mais de 3 mil signatários e mais de US\$ 100 trilhões em ativos sob gestão.

3.3 Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

O Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade, cuja sigla advém do seu nome em inglês – *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) – foi criado em 2011, com o objetivo de informar e divulgar dados sobre sustentabilidade corporativa para investidores, melhorando assim a eficiência dos mercados globais e estabelecendo uma relação de transparência com as empresas. A fim de divulgar essas informações, o SASB criou diretrizes cujos padrões são baseados em 26 fatores de 5 temáticas diferentes: capital humano, capital social, liderança e governança, modelos de negócios e inovação e meio ambiente.

O SABS tem foco direto em ESG, visando priorizar riscos materiais e de sustentabilidade específicos de cada setor, mostrando-se diferente ao GRI, cujo objetivo é reportar impactos de sustentabilidade.

3.4 Agenda 2030

Outra iniciativa da ONU, a Agenda 2030 é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável desenvolvido em Nova York, em 2015, e com a participação de líderes dos 193 estados-membros da organização.

Na época de sua elaboração, foram definidos 169 objetivos que os estados-membros da ONU deveriam seguir. Além disso, as ações definidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) de 2000 foram substituídas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Incluindo:

- A erradicação da pobreza.
- Fome Zero e agricultura sustentável.
- Saúde e bem-estar.
- Educação de qualidade.
- Igualdade de gênero.
- Água limpa e saneamento.
- Energia limpa e acessível.
- Consumo e produção responsáveis.
- Redução da desigualdade.

3.5 Acordo de Paris

O Acordo de Paris é um tratado mundial cujo principal objetivo é reduzir o aquecimento global. O documento foi negociado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 e assinado por vários países em 2016.

O acordo se concentra na redução das emissões de gases de efeito estufa para limitar o aumento da temperatura global, que deve permanecer abaixo de 2 °C (preferencialmente 1,5 °C) em relação aos níveis pré-industriais. As nações que fazem parte da Agenda 2030 devem se comprometer com a promoção de programas e ações para orientar a atuação interna do país, o que inclui a agenda financeira.

3.6 IRIS+ System

O IRIS+ é um sistema de métricas internacional focado em impulsionar o investimento sustentável por meio de uma plataforma comum para armazenar e analisar dados de negócios impactantes.

Esses recursos são gerenciados pela ONG Global Impact Investing Network (GIIN), uma rede de investidores e líderes que visa aumentar a escala e a eficácia do investimento de impacto.

Assim como o GRI, o IRIS+ torna mais fácil para os investidores traduzirem a intenção de impacto e resultado em prática, ajudando a incorporar fatores socioambientais nas decisões de investimento, bem como risco e retorno. Também torna os dados de impacto comparáveis para orientar os investidores em direção às suas metas de impacto positivo.

3.7 Certificação do Sistema B

As empresas B são um novo tipo de negócio que equilibra propósito e lucro, considerando o impacto de suas decisões em seus trabalhadores, clientes, fornecedores, comunidade e meio ambiente. São empresas que buscam serem melhores para o mundo, e não apenas as melhores do mundo.

É um movimento global que pretende redefinir o conceito de sucesso nos negócios e identificar empresas que utilizem seu poder de mercado para solucionar algum tema social e ambiental. Criada nos Estados Unidos, a iniciativa tem o objetivo de apoiar e certificar as empresas que criam produtos e serviços voltados para resolver problemas socioambientais.

3.8 COP 26

A primeira Conferência do Clima das Nações Unidas (COP1) ocorreu em 1995, na cidade de Berlim, e nela foi firmado o Mandato de Berlim, no qual os países do Anexo I assumiram maiores compromissos com a estabilização da concentração de GEE, por meio de políticas e medidas ou de metas quantitativas de redução de emissões. Essas reuniões ocorrem anualmente.

Depois de ter sido adiada em 2020 devido à pandemia de coronavírus, a 26ª conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) ocorreu entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro, na qual líderes

e autoridades de 196 países se reuniram em Glasgow, na Escócia, para discutir a respeito da mudança climática.

De forma prática, a COP26 pode resultar na regulamentação do mercado de carbono, que tem como meta ser um instrumento para a redução das emissões de gases de efeito estufa por acordos comerciais entre países.

Esses sistemas funcionam por meio da negociação de créditos de carbono. Um país que consegue gerar créditos de carbono, como, por exemplo, com a manutenção da floresta em pé, pode vendê-los a um comprador que não conseguiu reduzir as suas próprias emissões e precisa compensá-las para atingir a sua contribuição nacionalmente determinada.

Dessa maneira, a regulamentação desse mercado vai estabelecer as regras que serão aceitas na implementação do Acordo de Paris e o mecanismo pode se tornar mais uma ferramenta no combate ao aquecimento global.

4 ENTENDENDO O ACRÔNIMO ESG

Conforme mencionamos, a discussão a respeito da sustentabilidade ganhou destaque com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, da delegação Brundtland, em 1987, denotando a necessidade de que, para um desenvolvimento ser sustentável, ele deve possuir três aspectos: ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Essa discussão não fica apenas no campo teórico, veremos ações de empresas como a Black Rock vinculadas ao acrônimo ESG.

4.1 O que é ESG e qual é a sua importância?

Larry Flink, CEO da Black Rock (maior empresa de gestão de ativos no mundo, com mais de US\$ 10 trilhões), demonstrou a sua preocupação em uma carta de 2020, na qual ele argumenta que estamos à beira de uma mudança estrutural nas finanças. A atitude de Larry mostra seu investimento ligado às mudanças climáticas, que ele vê como um fator determinante nas perspectivas de longo prazo de uma empresa, porque “risco climático é risco”. Em outras palavras, Flink considera uma prioridade incorporar fatores como gestão de riscos climáticos ao negócio.

Além disso, em sua opinião, as empresas que atendem aos padrões ESG alcançarão o melhor desempenho financeiro. Uma medida proposta pela Black Rock é complementar uma composição de fundos baseada em ESG, enquanto trabalha para melhorar e expandir o índice de sustentabilidade.



Figura 7 – Larry Flink, CEO da BlackRock
Fonte: Google Imagens (2022)

O impacto da carta foi grande semanas após seu lançamento, a [Microsoft anunciou um plano para zerar a sua pegada de carbono até 2030](#). Já a [Delta Air Lines anunciou um compromisso de US\\$ 30 milhões para zerar suas emissões de carbono](#).

Em 2020, com a eclosão da pandemia de covid-19, o movimento ESG finalmente ganhou mais força, confirmando que investir em iniciativas ecológicas é lucrativo. Os investidores começaram a comprar mais ações de empresas sustentáveis. A BlackRock, por toda a sua importância no mundo, criou fundos de índice orientados para a estabilidade, que atentam para a seleção de empresas a serem incluídas ou excluídas.

4.2 ESG no Brasil

No Brasil, o Decreto n. 10.846, de 25 de outubro de 2021, estabelece o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde – CIMV, instituído pelo Decreto n. 10.845, de 25 de outubro de 2021, prestará o apoio técnico e administrativo necessário à implementação do Programa Nacional de Crescimento Verde, cujas diretrizes são:

- Art. 2 São objetivos do Programa Nacional de Crescimento Verde:
- I – aliar o crescimento econômico ao desenvolvimento com iniciativas sustentáveis;
- II – aprimorar a gestão de recursos naturais para incentivar a produtividade, a inovação e a competitividade;
- III – criar empregos verdes;
- IV – promover a conservação de florestas e a proteção da biodiversidade;
- V – reduzir as emissões de gases de efeito estufa, com vistas a facilitar a transição para a economia de baixo carbono;
- VI – estimular a captação de recursos, públicos e privados, destinados ao desenvolvimento da economia verde, provenientes de fontes nacionais e internacionais; e
- VII – incentivar a elaboração de estudos e a realização de pesquisas que contribuam para:
 - a) o uso sustentável dos recursos naturais;
 - b) a redução de emissões de gases de efeito estufa;
 - c) a conservação de florestas; e
 - d) a proteção da biodiversidade (BRASIL, 2021).

Poucos países criaram políticas públicas como essas estabelecidas pelo decreto. Apesar de o Brasil ter elaborado um decreto, sua execução ainda não tem sido devidamente realizada pelas diferentes camadas da sociedade, uma vez que 24% das bolsas mundiais colocam a regulação do relatório de sustentabilidade como obrigatória – o Brasil se encaixa entre os 76% que não preveem a iniciativa (KERCHER, 2022).

4.3 ESG estratégia de integração

Contudo, apesar de haver poucos avanços para o desenvolvimento de atitudes sustentáveis, esse fato deve mudar. Em dezembro de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou uma alteração nas regras do Formulário de Referência – documento que contém as principais informações sobre as empresas –, ampliando a exigência de informações sobre fatores ESG.

A exigência é de que o emissor determine quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pelas Nações Unidas, são relevantes para o seu contexto de negócios, como a aceitação do “faça ou explique”, para que os emissores que não divulgam relatórios de sustentabilidade ou documentos similares, ou que não possuem indicadores de desempenho significativos em questões ambientais e sociais, expliquem por que não o fazem.

A CVM também destaca que futuros esforços regulatórios fortes, com foco em questões de sustentabilidade, não devem ser descartados. Embora o mercado brasileiro não tenha indicadores sobre ESG 100% claros e definidos, essa é a preocupação dos órgãos reguladores de todo o mundo. No entanto, existem alguns parâmetros que atuam como uma espécie de “Selo ESG”. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 é um deles. O novo método, aprovado em 19 de julho de 2021, entrou em vigor em janeiro de 2022.

Além disso, as empresas também devem atentar para as tendências da pauta ESG, em especial, estas cinco:

- Questões climáticas atreladas à emissão de gases do efeito estufa: a discussão ganhou força na COP26, realizada no fim de 2021, e estará no centro dos debates ESG.

- Créditos de Carbono: em especial no Brasil, um projeto de lei (PL n. 528/21) que visa a regulamentar o mercado de créditos de carbono pode ser aprovado. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto em novembro de 2021, e aguarda análise pelo Plenário. A data, contudo, ainda não foi definida.
- Diversidade e Inclusão: o pilar “S” da sigla deve ganhar força.
- Avanços na regulamentação: as iniciativas promovidas pela CVM caminham nesta direção, mas novas ações ainda devem acontecer sobre a temática.
- Padronização da regulamentação: seja por conta própria ou por meio das novas regulamentações, parâmetros definidos com maior clareza e coesão são uma meta para 2022 (KERCHER, 2022).

As mudanças visam melhorar e aumentar o desempenho do índice, que serve tanto como uma medida de investimento ESG quanto como uma ferramenta eficaz para gerenciar a estabilidade do mercado.

4.4 Cuidado com o *greenwashing*

Greenwashing é uma prática de falsa sustentabilidade. A tradução literal da palavra é “banho verde” e descreve o ato de uma empresa difundir a sustentabilidade em seus produtos e serviços, mas não a adotar de fato.



Figura 8 – Analogia ao *greenwashing*
Fonte: Google Imagens (2022)

É comum que as empresas acabem utilizando seus próprios selos, mas não possuam nenhuma prova para verificar as informações. Por isso é importante ficar atento ao que aparece nas embalagens e certificar-se de que o selo ou certificado é dado por organizações de confiança. Quando o presidente de uma empresa diz em suas redes sociais que a empresa prioriza a sustentabilidade, consultar os relatórios da empresa e os indicadores disponíveis no mercado pode ser suficiente para refutar ou confirmar a afirmação.

Por isso o segredo para não cair em nenhum tipo de “banho verde” é olhar profundamente as informações. O marketing é importante para as empresas porque ajuda a divulgar os projetos relacionados a ESG, mas o sucesso precisa vir antes dos anúncios.

4.5 Impacto no “E” de *environment*/ambiente

A esfera ambiental – o “E” em inglês, ou “A” em português – se refere às práticas de uma empresa em relação à conservação do meio ambiente, como ela atua na gestão ambiental e em relação aos recursos naturais. A questão das mudanças climáticas possui um papel fundamental nessa esfera, porque elas têm a capacidade de afetar seriamente o financeiro das empresas.

Por exemplo: se uma empresa cujas atividades dependem do uso de recursos hídricos enfrentar a escassez ou falta de água, o prejuízo será enorme não apenas para o negócio, mas para toda a cadeia de valor dessa organização.

Alguns indicadores para considerar na esfera ambiental são:

- o adequado gerenciamento dos resíduos;
- a eficiência energética;
- a redução da emissão de gases poluentes (CO₂, gás metano);
- o incentivo ao uso sustentável de recursos genéticos da biodiversidade;
- o uso dos recursos naturais, entre outros.

4.6 O planeta em agonia

É indiscutível que a sociedade precisa tomar uma atitude em relação à proteção do nosso planeta e da natureza. Alguns fatos demonstram que:

- os corais estão brancos devido ao aumento da temperatura dos oceanos;
- 80% do gás carbônico do planeta é absorvido pelos oceanos;
- Em cinquenta anos, eliminamos 68% das espécies de animais selvagens, segundo relatório da ONG Fundo Mundial para a Natureza – WWF (apud G1, 2020).

E estes não são os únicos problemas que estamos enfrentando. Cada vez mais a humanidade vem se apropriando da natureza e a transformando.

De acordo com o estudo de Elhacham et al. (2020), a massa de todos os objetos feitos pelo homem no mundo em 2020 (a massa antropogênica) excedeu, pela primeira vez na história, a massa do conjunto combinado: massa antropogênica e seres vivos (biomassa). Seu peso seco foi de 1,1 teratons, e o estudo não calculou a massa dos detritos. Só para se ter uma ideia, o peso de tudo o que hoje é feito pelo homem em Nova York é igual ao peso de todos os peixes da Terra, enquanto a quantidade de plástico no planeta sozinho já é o dobro do peso de todos os animais na terra e na água.

4.7 O relatório IPCC e as mudanças climáticas

Segundo a última edição de relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de março 2022, pelo menos 3,3 bilhões de pessoas são altamente vulneráveis aos efeitos do aumento da temperatura do planeta.

O IPCC alerta que os eventos extremos estão cada vez mais frequentes e já expuseram milhões de pessoas à insegurança alimentar e hídrica. No entanto, apesar de ser um fenômeno global, os maiores impactos são observados na África, na América Latina, na Ásia, nos pequenos países insulares e no Ártico.

Além disso, a mudança do clima retardou os ganhos de produtividade da agricultura mundial nos últimos cinquenta anos. A desnutrição aumentou, afetando principalmente idosos, crianças, mulheres grávidas e indígenas, o que reforça a necessidade de atitudes em escala mais drásticas, com financiamento e ações contínuas.

4.8 O impacto no “S” de social

O segundo pilar do acrônimo ESG aborda as iniciativas sociais com foco nas pessoas e seus impactos. O mundo caminha para uma superpopulação que demandará cada vez mais comida, água, emprego, trabalho, moradia etc. e que gerará um impacto cada vez maior em nosso planeta.

4.9 Próximo desafio: conviver com os problemas ambientais e o aumento da população

O termo “superpopulação” é usado quando, ao observar uma espécie, percebe-se que ela aumentou drasticamente em um curto período, a ponto de causar um desequilíbrio no ecossistema e impactar nossas vidas e a vida do próprio planeta. A tecnologia poderá colaborar para a preservação do ambiente e melhora de nossa convivência na sociedade.

Por isso é importante pensar em novas tecnologias e cidades sustentáveis, para conseguirmos viver bem sem alterar ainda mais o nosso meio ambiente, visto que a população aumentará para 9,7 bilhões em 2050 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Esse cenário, vinculado com os problemas ambientais, pode originar um cenário terrível para a sobrevivência dos seres humanos, bem como para a das demais espécies, por isso a governança ambiental, social e corporativa busca adequar a necessidade de desenvolvimento com uma convivência harmoniosa entre todos, buscando o equilíbrio em nossa relação com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Ruy. Desenvolvimento sustentável. **Gazeta Mercantil**. 6 maio 2004, A3.

BARBIERI; José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, [S.l.], v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/DSKVmHs8qLRFRRGcGqTKh7H/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.846, de 25 de outubro de 2021. Institui o Programa Nacional de Crescimento Verde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 out. 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10846.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRESSAN, Mônica. Transformações e o futuro sustentável das organizações. **Notícia Sustentável**, 2 maio 2022. Disponível em: <<https://www.noticiasustentavel.com.br/artigo-esg-futuro-sustentavel/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

COSTA, Carlos Alexandre Gehn da. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2012.

ELHACHAM, Emily et al. Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**, [S.l.], v. 588, 2020. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41586-020-3010-5>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

G1. Planeta perdeu quase 70% dos animais selvagens em menos de 50 anos, diz WWF. **G1**, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/10/planeta-perdeu-quase-70percent-dos-animais-selvagens-em-menos-de-50-anos-diz-wwf.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

GS1 BRASIL. **Pacto Global**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gs1br.org/sustentabilidade/governanca/pacto-global>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

KERCHER, Sofia. Entenda o que é ESG, tendência para os investidores em 2022. **CNN Brasil**, 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-que-e-esg-tendencia-para-os-investidores-em-2022/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU**. 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU discute desafio de mobilizar financiamento para os ODS.** 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2016/04/1547971-onu-discute-desafio-de-mobilizar-financiamento-para-os-ods>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PACTO GLOBAL. **A iniciativa.** [s. d.]. Disponível em: <<https://pactoglobal.org.br/a-iniciativa>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade Financeira USP**, [s.l.], v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **The Ten Principles of the UN Global Compact.** [s. d.]. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>>. Acesso em: 16 ago. 2022.